

P r e f e i t u r a d a C i d a d e d e S ã o P a u l o



PLANO PLURIANUAL PPA 2006-2009

ANEXO I

D I R E T R I Z E S



PPA SÃO PAULO

Considerações Iniciais

Qualquer plano, seja ele local, setorial ou nacional, não pode se contentar em ser uma mera compilação de projetos, obras ou intenções. Principalmente quando se trata de um trabalho que tem por objeto o maior e mais rico município do Brasil. O que caracteriza um plano desses é a interação entre as diversas atividades consideradas e, principalmente, a complementaridade entre as ações propostas. Esta é a preocupação primordial deste Plano Plurianual (PPA), cuja importância transcende ao seu conjunto de metas, programas e orçamentos: o PPA vai além, ao proporcionar o resgate do papel planejador dos agentes públicos.

Sua subordinação ao Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo (Lei nº. 13.430, de 13 de setembro de 2002) e sua interação com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei nº 14.036, de 25 de julho de 2005) e com a Lei Orçamentária Anual (LOA), exige que o PPA opere um planejamento responsável, baseado na eleição dos legítimos objetivos, estratégias e políticas públicas da Administração Municipal. O que não é uma tarefa fácil. Dadas as restrições fiscais e as enormes demandas sociais reprimidas dos mais diversos setores, as escolhas são muitas vezes excludentes, o que exige do planejador um grande esforço e tirocínio para identificar as que mais forte eco encontram entre os membros da sociedade.

Cabe aos agentes municipais, assim, o desconforto de explicarem, perante os cidadãos, as razões do não atendimento pleno de suas necessidades, mesmo nos casos em que determinadas responsabilidades sejam da alçada do Estado ou da União. Isso acontece com frequência nas áreas da saúde, educação, habitação, segurança, proteção social e transportes. Daí porque o PPA deve ser entendido como um documento de caráter não apenas técnico, mas também eminentemente político -- ou seja, um compromisso entre a Prefeitura e a população, tendo a Câmara de Vereadores como chave para a sua validação social.

No caso de São Paulo, a ação da Prefeitura não se restringe apenas ao que é do seu interesse e de seus moradores. Muitas vezes, essa ação excede seu território e jurisdição, obrigando a Administração a atender a demandas vindas de outras cidades e mesmo de diferentes pontos do País. Daí, seu desempenho gerar importantes efeitos em toda a economia nacional.

Esses efeitos dão-se não apenas pelo porte específico da cidade, mas também, e principalmente, pelo fato de que sua produção física, intelectual e de serviços integra as mais diversas cadeias produtivas do País. Esse fenômeno é bem visível, por exemplo, na área de transportes. Além de manter uma infra-estrutura viária capaz de atender à sua demanda própria, as ações da Administração nessa área acabam tendo que ser dimensionadas também para fazer frente a um fluxo extraordinário de pessoas e de veículos, que vêm do interior com destino a outras cidades, aos terminais rodoviários e portuários, aos aeroportos, aos órgãos públicos estaduais e federais e outros centros de serviço. São Paulo é, de fato, local de passagem e acesso ao principal porto marítimo do País e ao aeroporto de maior movimento de todo o território nacional, constituindo-se assim no mais importante entroncamento viário do Brasil.

Em certo sentido, São Paulo é uma cidade diferente e diferenciada, com seus limites muito mais amplos do que aqueles que figuram nos mapas. É uma cidade transmunicipal, o que amplia enormemente suas características e responsabilidades.

Entretanto, cumprir com esses desígnios torna-se extremamente penoso, em função da grave situação conjuntural por que passa o Município. O exercício financeiro de 2004 encerrou-se, como foi fartamente divulgado no início do atual governo, com sérios problemas. Despesas foram realizadas sem a devida cobertura pelas disponibilidades de caixa; permitiu-se que o nível de endividamento subisse muito acima dos parâmetros técnicos e legais aceitáveis; e o sistema de

previdência dos servidores nunca foi ajustado à legislação. Tudo isso provocou uma insuportável acumulação de déficits, com atrasos no pagamento de fornecedores e no cumprimento de precatórios judiciais.

Medidas de curto prazo tiveram que ser adotadas. Implantou-se um plano para pagamento parcelado dos débitos junto a fornecedores, com base numa análise pormenorizada do orçamento de 2005. Dessa análise tirou-se a triste conclusão de que o orçamento estava superdimensionado. Foi efetuado então um ajuste, por meio do congelamento de dotações, para evitar o agravamento do déficit e para gerar os recursos necessários ao pagamento dos débitos parcelados junto aos fornecedores do Município.

O grave panorama das finanças municipais encontrado pela atual gestão resultou na imposição de severas restrições à ação governamental, numa cidade com responsabilidades nacionais, associadas às suas demandas sociais próprias e à necessidade de realização de investimentos estruturais de grandes proporções. Reverter essa situação significa enfrentar desafios e impor um forte ajuste fiscal, processo esse deflagrado desde os primeiros dias do atual governo, nas diversas frentes identificadas nos levantamentos e diagnósticos realizados. Os resultados dessa ação, no entanto, puderam ser sentidos em curto espaço de tempo.

A despeito dos graves problemas do Município, em setores cruciais, como o social, educacional, de saúde, de segurança, de trânsito e tantos outros, não se pode afirmar que São Paulo esteja desprovido de recursos. O Município apresenta um IDH de 0,841. De seus domicílios, 98,6 % contam com rede de água, 87,2% com rede de esgoto e 99,2 % com lixo coletado. Dispõe de 11.916 km de vias pavimentadas (73% do total de vias do município), e conta com 1.095.052 alunos (94,3% do público-alvo) freqüentando as escolas da rede municipal, com 698.630 só no ensino fundamental.

Porém, como em qualquer megalópole do mundo, todo o estoque disponível de capital social é insuficiente, exigindo permanentemente o acréscimo de novos equipamentos urbanos e sociais. Acrescente-se a isso o fato de São Paulo se constituir no grande referencial de oportunidades do País, atraindo migrantes que, se por um lado constituem sua riqueza cultural e referência de integração nacional, por outro acumula as obrigações decorrentes da necessidade de acolhê-los.

Esta peculiaridade se reproduz no conjunto macrometropolitano formado, em seu perímetro, pelas três metrópoles paulistas (São Paulo, Campinas e Baixada Santista) e por aglomerações urbanas expressivas, como as das regiões administrativas de São José dos Campos e Sorocaba, além de outros núcleos de menor porte. Nesse conjunto, a dinâmica populacional apresenta-se sistematicamente mais intensa nas suas bordas, com taxas anuais de crescimento das metrópoles significativamente inferiores às de suas periferias. Estas, por sua vez, sempre mais carentes de capital social básico, recorrem sistematicamente às sedes para a satisfação de suas necessidades básicas de emprego, educação, saúde, transportes, segurança e outros benefícios. Como capital do Estado e município-sede de sua região metropolitana, a cidade de São Paulo é um importante ponto de convergência regional, sofrendo os impactos – positivos e negativos – do papel que desempenha. Ainda mais por se constituir na maior, mais rica e mais dinâmica cidade do País. São Paulo passa a cumprir um papel estratégico no desenvolvimento nacional.

Por outro lado, uma outra questão – esta de ordem conjuntural – se coloca: uma sucessão de gestões desastrosas comprometeu de forma profunda a disponibilidade de recursos para dar continuidade às ações necessárias à dotação do município da infraestrutura física e social nos níveis necessários. Tais recursos são fundamentais para, de um lado, reduzir as disparidades sociais gritantes, onde coabitam os moradores mais ricos do País, com portadores de miséria africana; e, de outro, integrar à realidade urbana obras megalômanas que objetivaram apenas vistosas inaugurações. São obras, na sua maioria, desprovidas de qualquer ligação com a dinâmica econômica da cidade e com a necessidade de melhorar a qualidade de vida da população.

A questão social é particularmente angustiante. Em São Paulo convivem, lado a lado, o maior e mais sofisticado centro universitário do País e precárias escolas de lata sem qualquer estrutura física ou pedagógica capaz de preparar uma criança para seu desenvolvimento pessoal e profissional; ao lado de centros de excelência mundial em saúde, vêem-se postos de atendimento incapazes de receber, com um mínimo de dignidade, pacientes pobres; vias de trânsito equivalentes às das mais sofisticadas capitais do mundo, estendem-se ao lado de trilhas cortadas por esgotos a céu aberto; a miséria dos habitantes de rua contrasta com a vida nababesca dos ricos em seus palacetes.

O principal aspecto que emerge do mais superficial diagnóstico que se faça de São Paulo é a característica assistêmica de seus equipamentos urbanos. Embora existentes e, até certo ponto, abundantes, falta neles o fator de ligação com o restante da cidade, de forma a constituir um todo integrado, harmônico e eficiente, tanto da ótica funcional quanto da econômica.

As cidades globais são os centros nervosos da parte globalizada da economia mundial. Fazem parte da lógica da globalização, que dispersa e fragmenta o processo produtivo ao redor do globo, ao mesmo tempo em que exige a concentração das funções de comando e articulação em alguns pontos estratégicos do planeta.

Exemplos de cidades globais são Londres, Nova York e Tóquio. Elas resultam do impacto espacial da globalização, na medida em que esta tende a privilegiar as regiões e áreas urbanas dotadas de vantagens comparativas na produção de bens e serviços exportáveis, e com fortes vínculos com o exterior. A seu lado existem as Cidades Mundiais. Nestas, as vantagens comparativas regionais e metropolitanas, derivadas das atividades exportadoras, deverão constituir-se no principal foco de dinamismo para as grandes metrópoles. Em especial as atividades ligadas à indústria intensiva em tecnologia, e a serviços como telemática, pesquisa e desenvolvimento (P&D), consultoria de negócios, gestão empresarial e financeira e serviços de transportes internacionais. São Paulo é hoje uma forte candidata a esta segunda categoria.

As análises urbanas contemporâneas enfatizam o caráter complementar das atribuições locais e globais das grandes cidades. A estruturação delas tem se mostrado dependente da presença de grandes projetos urbanos. E o valor estratégico desses projetos termina por promover transformações no meio urbano e regional, aumentando a atratividade e expandindo sua área de influência. Nesse sentido, tais projetos diferem substancialmente das simples ações chamadas de "melhoramentos urbanos", que na maioria das vezes respondem apenas a demandas pontuais.

Hoje, enfrentar o conflito socioespacial de uma cidade depende, entre outros fatores, da capacidade de oferecer uma eficiente infra-estrutura de telecomunicações. O que distingue uma cidade (ou metrópole) de um aglomerado urbano comum é, por exemplo, a instalação de uma eficiente rede de telefonia de fibras ópticas, um serviço especializado de tratamento de câncer, um centro de pesquisa de genética, um rico museu, uma sinfônica. Ou o enfrentamento eficiente das ameaças ambientais, decorrentes da ocupação ilegal dos mananciais. Ou ainda o encaminhamento e resolução do drama dos moradores de rua e dos cortiços, com o provimento de espaços públicos adequados a essa população.

Ao introduzir a competição em uma economia historicamente fechada e protegida, a abertura da economia impôs às empresas brasileiras, e às multinacionais que operam no Brasil, a necessidade de se atualizarem tecnologicamente, sob pena de sucumbirem na competição com concorrentes internacionais. Desencadeou-se então um processo que teve dois tipos de desdobramento. De um lado, foi altamente positivo para o País, pois permitiu a reestruturação, e, por meio dela, a sobrevivência, de forma internacionalmente competitiva, de seu principal parque produtivo. De outro, porém, provocou uma transformação radical nas relações trabalhistas e no volume de emprego gerado, com alto custo para parcelas significativas da população.

Nesse processo, ocorrido nos anos 90, a cidade de São Paulo se firmou como o centro de coordenação das multinacionais para a América Latina, em geral, e para a América do Sul, em especial, suplantando a concorrência de Rio de Janeiro e Buenos Aires. São Paulo transformou-se

num centro urbano de importância internacional, com estruturas produtivas densas e diversificadas, um parque manufatureiro parcialmente inovador, com grandes escalas de produção e grande dinamismo em suas relações internacionais. O resultado disso foi que a cidade ganhou um importante nível de competitividade e, ao mesmo tempo, expressiva capacidade de atrair novos investimentos.

Atingir os objetivos da Prefeitura em todas as áreas implica no desenvolvimento de uma característica que vem faltando a São Paulo nos últimos anos: gestão. Em outras palavras: a disponibilidade de infra e superestruturas na cidade, associada às precárias condições financeiras em que se encontra o Município, multiplicando o custo de oportunidade de qualquer investimento, tornam imperativo que, por um lado, sejam agilizados os mecanismos de alocação e gerenciamento dos escassos recursos financeiros disponíveis. E, por outro, que toda e qualquer forma de investimento tenha como norte a integração entre os diversos componentes do capital social básico já disponíveis, aumentando tanto sua utilização quanto gerando as sinergias próprias que suas complementaridades podem alavancar.

O equacionamento desses problemas é a pré-condição para o atendimento do primeiro item do Art. 8º. do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo (Lei Nº. 13.430, de 13 de setembro de 2002):

“consolidar a Cidade de São Paulo como centro regional, pólo internacional, sede de atividades produtivas e geradoras de emprego e renda”.

Assim, dois aspectos norteiam a estratégia adotada neste Plano Plurianual para o próximo quadriênio do Município:

- *Um esforço de gestão, privilegiando a utilização competente e racional da estrutura já disponível, maximizando o potencial de atendimento que esta pode prestar à população;*
- *Um foco nos investimentos corretivos de integração entre os diversos equipamentos já disponíveis, integrando-os num todo sistêmico capaz de multiplicar sua capacidade geradora de bem-estar para a população.*

Observe-se que estas são premissas macro, que de forma alguma pautam as demais ações necessárias à manutenção da rota de transformação de São Paulo em Cidade Mundial.

Posto de outra forma, o que se pretende com este Plano Plurianual é a promoção de ações da própria Prefeitura, parcerias com as demais esferas de poder e com a iniciativa privada, e a mobilização da população no sentido de participar de forma ativa na identificação dos problemas e nos caminhos de suas soluções. Tudo isso, porém, sob uma perspectiva sistêmica, integrando as funções urbanas e fugindo à tentação das ações vistosas mas de resultados pouco significativos para o conjunto da comunidade.

Esta estratégia – já em desenvolvimento pela atual gestão municipal – permite ampliar os benefícios do capital social básico instalado. Como exemplo da atuação proposta, pode-se mencionar a disseminação dos recursos disponíveis em tecnologia de informação em todas as áreas de atuação das diversas esferas de poder, integrando cadastros (local, estadual e federal), compatibilizando os planos e programas dos diversos agentes (locais, estaduais e federais) e identificando lacunas que, se sanadas, potencializam o grau de utilização das cadeias de ação.

Estes recursos, conjugados com um esforço de capacitação e aperfeiçoamento dos agentes intervenientes, por si só se constituem em fator de potencialização de resultados, a partir do uso mais eficiente, efetivo e eficaz dos recursos disponíveis.

Estas considerações iniciais levam a uma estruturação das intervenções planejadas para o Município no decurso do quadriênio, de forma a, por um lado, caminhar na direção escolhida – a

consolidação de São Paulo como Cidade Mundial – dentro, porém, de parâmetros que não comprometam o processo no longo prazo, ou seja, buscando o máximo de eficiência com a alocação consciente dos escassos recursos.

Discorre-se, a seguir, sobre algumas das principais ações a serem postas em prática ao longo do período de que trata este PPA. Observe-se que as ações descritas não estão classificadas por agente responsável: é mais uma forma de caracterizar a estratégia seguida, onde a ênfase está na integração matricial, num conjunto de ações implementadas por variados agentes, num esforço de concertação que permita a criação da sinergia esperada.

Saúde

Na área da saúde, ao lado da implantação de novas unidades de porte, como a construção do hospital de M'Boi Mirim e a conclusão do de Cidade Tiradentes – compromissos assumidos durante a campanha eleitoral e já sendo cumpridos com o apoio do Governo Estadual –, cumpre resgatar a capacidade de atendimento capilarizado, recuperando os postos de saúde e reequipando as UBS, regularizando o fornecimento de medicamentos, dando ênfase às ações preventivas – inclusive ampliando o Programa de Saúde da Família –, priorizando a prevenção, hierarquizando o atendimento e desafogando as unidades centrais.

Ações como estas são de baixo investimento e dependem mais de gestão. São intervenções pontuais e de remanejamento de recursos, conjugadas com a melhoria de eficiência dos demais programas já em funcionamento no município, com foco na integração e adequação dos equipamentos já existentes. Constituem, *de per se*, passo fundamental para uma melhoria significativa do padrão de atendimento à população.

Há, no entanto, importantes interfaces entre saúde e várias outras atividades, diretamente responsáveis por epidemias e doenças. Algumas têm como vetor o lixo, as águas contaminadas das enchentes, outras são decorrentes das carências de saneamento básico, da poluição atmosférica e sonora, da degradação ambiental.

Outra interface importante diz respeito ao trânsito, responsável pela maioria dos atendimentos hospitalares, nas áreas de traumatologia e ortopedia, onde a maioria das vítimas são motoqueiros. Fatores como esse ressaltam a já mencionada necessidade de uma interdependência entre as ações, onde providências num segmento são elementos determinantes do sucesso de outro, contribuindo para o objetivo maior, que é o bem-estar da comunidade.

Educação

A exemplo do que ocorre no restante do País, o problema da educação, na sua base – estrutura física e disponibilidade de profissionais – já se acha razoavelmente equacionado. Os índices de alunos matriculados são satisfatórios, assim como a estrutura física disponível, carecendo tão-somente de ações pontuais como a substituição das escolas de lata por outras de alvenaria e a implantação de novas unidades, inclusive nos CEUs, e outras, de atendimento pré-escolar, completando a rede atual, já existente.

A questão que se faz mais presente, nesta área, diz respeito, novamente, à gestão dos recursos disponíveis. Aqui, as ações mais importantes são:

- o remanejamento dos turnos;
- o reequipamento das escolas;
- a ampliação do transporte escolar;

- a intensificação do uso das instalações em atividades complementares (como aulas de reforço, atividades culturais e esportivas);
- o desenvolvimento e implantação de um projeto pedagógico integrado com o permanente aperfeiçoamento do corpo docente e diretivo das unidades educacionais, consistente e consentâneo com as novas realidades tecnológicas e profissionais, de forma a efetivamente preparar o estudante para interagir no mundo moderno.

Por outro lado, há que se atentar para a importância da educação como agente de proteção social, notadamente na infância e adolescência de risco, o que, combinada com as ações previstas nas áreas de esporte, cultura e lazer tiram essas populações da rua, reduzindo suas oportunidades de desencaminhamento. Esta interface se dá também e fundamentalmente com ações conjugadas com as áreas de segurança.

Esporte, cultura e lazer

As ações prioritárias em esporte, cultura e lazer visam fundamentalmente resgatar do abandono os equipamentos já existentes. Destacam-se os mais de 200 Centros Desportivos Municipais, 3 estádios, o Centro Olímpico, as áreas de lazer (40 clubes da cidade e 182 balneários) e as instalações esportivas já existentes nas escolas. Objetivam ainda a multiplicação de ruas e praças de lazer e, por meio de ações da própria Prefeitura, ou de parcerias com a comunidade, ONGs, empresas e empresários, adicionar orientação esportiva e cultural, de modo a atender de forma ampla (e não apenas se restringindo aos aspectos físicos e corporais) a juventude. Esse público necessita de informações técnicas e de mudança de hábitos e atitudes, principalmente os jovens em situação de risco. Tais ações devem também atingir a população de terceira idade e portadora de necessidades especiais, com a utilização de equipamentos e práticas compatíveis com suas realidades.

Há ainda que se estreitar a colaboração da Prefeitura com a indústria cultural, atividade essencial para o município, não apenas por seu valor intrínseco, mas também pelo volume de emprego e renda que gera, inclusive como segmento dinamizador do turismo.

Uma vez mais observa-se que o atendimento da comunidade deve se dar a partir de ações simples e de custo relativamente baixo, onde o bom gerenciamento dos recursos existentes pode fazer a diferença. De qualquer forma, a esses recursos podem ser facilmente acrescentadas ações no sentido de celebrar parcerias com outros agentes econômicos e sociais.

Transportes e trânsito

Como já foi mencionado, São Paulo, por suas características geopolíticas, é o mais importante entroncamento viário do País, constituindo-se em ponto de origem, destino ou passagem para as mais diversas rotas e finalidades.

Duas vertentes se abrem na questão da circulação de veículos e pessoas em São Paulo: uma, de ordem local, dependente de decisões e ações da Prefeitura; outra, de ordem externa, sujeita às determinações de outros agentes.

Na chamada vertente interna, as principais ações necessárias já se acham definidas a partir do Plano Diretor Estratégico (Lei nº. 13.430, de 13 de setembro de 2002). Para o cumprimento do ali disposto sobressai, entretanto, a necessidade premente de recuperação da CET, investindo no planejamento do trânsito e permitindo a identificação dos estrangulamentos e as decorrentes ações

corretivas e necessárias, seja de obras de maior porte – em sua maioria já previstas no PDE –, seja em ações pontuais, tais como a recuperação de sinalização, a implantação de semáforos e outros instrumentos orientadores e disciplinadores.

Somam-se a essas providências outras de maior porte, promovidas pelo Governo Municipal, como a reconfiguração do projeto do Fura-Fila, o qual passaria a cumprir importante papel social ao atender a população de grandes áreas da Zona Leste de São Paulo. Complementarmente, cumpre intensificar as gestões junto à iniciativa privada para a intensificação da construção de estacionamentos subterrâneos em locais estratégicos, aspecto crucial para qualquer remanejamento de trânsito.

Na vertente externa, as ações subordinam-se a outras esferas de decisão, cabendo à Prefeitura de São Paulo o papel de negociador, buscando implementar e acelerar as intervenções complementares sob sua responsabilidade. A obrigatoriedade dessas ações transcende aos interesses do Município, pelo aspecto propagador que essas vias apresentam em relação a toda a malha produtiva nacional.

Nesta categoria acham-se obras de grande porte, como a expansão das linhas do Metrô e da CTPM; a continuação das obras do Rodoanel e do Ferroanel; as obras das marginais, a construção do trecho final da Avenida Jacu-Pêssego e a extensão da Av. Radial Leste. Estas são intervenções que ultrapassam o mero interesse local, pelo impacto que representam nos custos globais na produção de toda a região e do País. De não menor importância são as obras da Avenida Jacu-Pêssego, via que se transformará numa linha direta de ligação entre o Aeroporto de Guarulhos e o Porto de Santos.

Para todas essas intervenções de grande porte, pode-se contar com recursos adicionais, na forma de financiamentos, pelas instituições multilaterais de crédito (BID e Bird), ou por meio de parcerias com outros financiadores, principalmente por meio das Parcerias Público-Privadas PPP.

Cabem ainda ações de negociação e gestão, como a implantação do bilhete integrado de ônibus, metrô e trem, ou a transferência dos terminais e centros de distribuição de cargas para áreas adjacentes ao Rodoanel e rodovias no entorno da capital.

Assistência e desenvolvimento social

É fato notório que o Brasil aplica volumes consideráveis de recursos nos sistemas de proteção social. É igualmente conhecida a ineficiência e baixa efetividade desses programas, pela burocracia, pelo desperdício, por desvios e outras deficiências gerenciais.

É de vital importância integrar os programas existentes no município com os demais programas em atividade – federais, estaduais, promovidos por ONGs, financiados por fundos internacionais etc. –, integrando-os e evitando duplicidade de esforços. Gasta-se muito e mal, freqüentemente direcionando (ou desviando) os benefícios em detrimento da população efetivamente carente.

Trata-se novamente da busca de resultados, muito mais a partir de integração e gestão do que de aumento de gastos. Resultados nesse sentido podem ser obtidos a partir do fortalecimento de parcerias, da qualificação da gestão de entidades – não apenas dos poderes públicos, mas também, e principalmente, das associações da sociedade civil. A gestão, responsável pelo aumento da eficiência, eficácia e efetividade dos programas, depende ainda da integração, a partir de convênios e/ou outras formas de parceria, dos bancos de dados e demais informações dos vários programas em atividade.

Potencializam-se assim os resultados de ações municipais como o Programa de Proteção Social e Desenvolvimento das Famílias – PROASF; o Programa de Garantia de Renda Mínima

Municipal – Renda Mínima; o abrigamento de moradores de rua e proteção às crianças e idosos, a partir da prática de seus estatutos próprios.

Habitação, urbanização, meio ambiente

O porte do município, a dinâmica populacional caótica, ocorrida na segunda metade do século passado, e a mudança de perfil produtivo são fatores que contribuíram para a situação gravíssima em que se encontra o setor habitacional no município.

O impacto das soluções habitacionais improvisadas ou temporárias, eclodidas à margem das condições legais estabelecidas, tem como principal característica o severo impacto negativo provocado no meio ambiente a partir do desmatamento, da ocupação de áreas de risco, da ausência de saneamento básico e destinação de lixo e dejetos.

O PPA prevê a intensificação dos programas de regularização fundiária, urbanização e regularização de favelas e remoção de famílias, principalmente nas áreas de risco. Prevê ainda a reformulação dos programas de mutirões habitacionais, revitalização das áreas de baixo assentamento populacional, adensando onde isso é possível, eliminando cortiços, reformando conjuntos habitacionais, articulando com outras instâncias – federal, estadual e autarquias, notadamente a Caixa Econômica Federal – e customizando as obras, adequando-as à realidade das comunidades a que servem.

Outros tipos de obras regenerativas contemplam o recapeamento de ruas, melhoria nas calçadas, revitalização das ruas comerciais, combate à pichação, canalização de córregos, monitoramento e prevenção de enchentes, controle de inundações – inclusive no Vale do Anhangabaú - e construção de piscinões.

Especificamente no que tange ao meio ambiente, serão desenvolvidas ações no sentido de melhorar o nível de arborização da cidade, principalmente a partir da revitalização de parques e outras áreas de convivência. Também ações prioritárias serão desenvolvidas na coleta seletiva do lixo e na fiscalização da poluição, veicular e industrial, inclusive apoiando a utilização de combustíveis não-poluentes.

Considerações Finais

Conforme tratado ao longo deste tópico, o Plano Plurianual 2006-2009 do Município de São Paulo tem como estratégia o aprimoramento da gestão, permitindo a consecução de resultados mais pelo uso eficiente do capital social básico disponível do que pelos grandes investimentos.

Para que isso ocorra, é essencial um processo de fortalecimento das subprefeituras, levando o governo o mais próximo possível do cidadão. Este objetivo será atingido transformando o espaço físico do entorno das sub-prefeituras em centros cívicos e concentrando equipamentos sociais junto a elas. Essa estratégia inclui, por meio de convênios a serem celebrados com o Estado, a implantação de poupa-tempos, agregando a eles balcões de atendimento para os serviços municipais, num sistema de "poupa tempo municipal".

Finalmente, mas não menos importante, cabe mencionar o esforço – já em ação – para o resgate da capacidade de endividamento do município.

A gestão municipal primou, por mais de uma década, pelo descaso com as contas públicas, dilapidando a capacidade financeira de São Paulo em obras megalômanas e de inauguração festiva, porém sem aderência às questões econômicas e sociais efetivas da cidade.

É compromisso da atual gestão resgatar a capacidade de investimento, comprometida nas gestões anteriores pelo desrespeito aos condicionantes legais, ou seja, a Lei de Responsabilidade Fiscal, aos tetos de endividamento e às obrigatoriedades quanto à prioridade de alocação de recursos (precatórios, previdência etc.)

Assim, parte dos investimentos necessários somente será passível de implementação a partir de negociação com as demais esferas de poder (União e Estado), de soluções *ad hoc* (PPPs) e, eventualmente, de compartilhamento de responsabilidades com a iniciativa privada, mediante parcerias específicas e concessões.

Estas são as diretrizes do Plano Plurianual do Município de São Paulo para o período 2006–2009.